



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

**Palácio do Planalto, 10 de abril de 2003**

Eu vou começar cumprimentando os membros do Conselho. Essa discussão que vocês estão fazendo hoje sobre a Previdência Social é um segundo passo importante no compromisso que estamos assumindo com a sociedade brasileira.

Nós vamos ter uma reunião no próximo dia 16 com os governadores dos 27 estados, e pretendemos, nessa reunião, discutir a forma final, tanto do projeto de política tributária, quanto do projeto da política de reforma da Previdência Social.

Se isso for possível, certamente, no próprio dia 16 ou 17 – vai depender muito da reunião com os governadores – nós, então, teremos condições de levar à Câmara dos Deputados os dois projetos de reforma. E isso possibilitaria que, cumprindo todo o ritual do Congresso Nacional, nós pudéssemos, quem sabe, entre agosto e setembro, ter as reformas votadas. Obviamente, o Congresso tem o ritmo próprio.

E precisamos articular com o Congresso Nacional para que o assunto seja debatido de forma que nós votemos, ainda este ano, essas reformas, porque temos outras para serem discutidas no Congresso Nacional, que passam pela reforma política, pela estrutura sindical, pela questão trabalhista. E tudo que a gente puder fazer no primeiro e no segundo ano de Governo será muito mais fácil de nós aprovarmos. Se deixarmos para próximo do ano a discussão do processo eleitoral de 2006, cada um aqui já tem experiência suficiente para saber que nós não faremos mais as reformas.

Uma coisa que nós conseguimos na política tributária – e eu espero que a gente consiga na política da Previdência Social – foi passar a idéia que o objetivo dessas reformas não é prejudicar quem quer que seja. O objetivo da reforma tributária é dar condições para o país fazer uma política tributária justa, que



desonere a produção, que possa tornar o nosso país mais competitivo nesse mundo globalizado e que faça pagar mais imposto quem ganha mais, para que a gente possa fazer política social para quem ganha menos ou não ganha nada. E eu sei da discussão que vocês fizeram aqui.

Na política tributária, também, nós queremos fazer a reforma, não para prejudicar quem quer que seja. O que nós queremos é fazer justiça social neste país. Queremos criar um sistema de previdência que seja justo, que garanta o direito de sobrevivência na velhice para todos os homens e mulheres que moram aqui, sem permitir que muitos sejam prejudicados e que uns poucos sejam privilegiados.

Eu sei que o Ricardo Berzoini já passou por aqui, já fez o debate dele, mas ontem eu recebi uma lista de pessoas que recebem pensões e aposentadorias acima de 17 mil reais. Há coisas que são indescritíveis, ou seja, há pessoas que receberam, no mês de dezembro, 53 mil reais de pensão. Obviamente, que a maioria ganha muito pouco e é para essa maioria que a gente precisa ter uma política justa. Mas a gente não conseguirá fazer a justiça para os muitos que nós queremos, se a gente não contiver os privilégios que poucos conseguiram ter neste país.

E nós sabemos que as discussões serão duras no Congresso Nacional, não serão discussões fáceis, e nem queremos que elas sejam fáceis. Nós queremos apenas debater e que a sociedade possa, como está acontecendo aqui, debater esse processo no Congresso Nacional. Porque o Brasil não é, individualmente, de nenhum de nós. Não é o Brasil que é nosso, nós é que somos brasileiros.

Então, nós temos que fazer essas reformas com a certeza de que daqui a 20 ou 30 anos, alguém vai lembrar: “Bom, um dia, no Brasil, houve um Governo que resolveu fazer com que eu, mesmo funcionário público, tivesse o direito de receber a minha aposentadoria ou pensão, porque o Estado tem recursos para me pagar”. E todo mundo, em sua consciência, sabe que se nós não a fizermos, daqui a alguns anos, alguns estados não conseguirão mais pagar a aposentadoria dos seus funcionários públicos.



Eu estou muito à vontade, eu queria que vocês trabalhassem com isso na cabeça. Primeiro, porque grande parte dessa gente que trabalha no setor público, desses milhões de brasileiros, são pessoas que eu tenho certeza que votaram em mim, uma grande parte. Eu poderia fazer o que muita gente já fez na história deste país, “empurrar com a barriga”. Afinal de contas, o mandato é de quatro anos. Para que eu vou me desgastar com companheiros com os quais depois eu vou ter que conviver, vou me encontrar num bar, vou me encontrar numa assembléia, numa festa? Por que eu vou me desgastar? Eu poderia empurrar isso com a barriga, não é, João Felício? Para que ficar arrumando pontos de atrito com quem me apoiou?

Ora, é exatamente por isso que eu quero fazer essa discussão. Primeiro, porque eu acho que é preciso que cada pessoa saiba que nós queremos agir com eles com uma honestidade com que ninguém jamais trabalhou neste país. Não será negada a eles, absolutamente, nenhuma informação ou nenhuma oportunidade de debate. Mas todo mundo tem que entender que o Brasil tem 175 milhões de habitantes e que, enquanto alguns podem comer cinco vezes por dia, tem outros passando cinco dias sem comer. E nós precisamos encontrar esse ponto de equilíbrio, na política tributária, na política de reforma. E vamos caminhar.

Eu até queria lembrar a vocês que, em algum momento, companheiro Tarso Genro, você vai ter que trazer aqui, a bem do Conselho, aquela palestra que nós ouvimos quando fizemos a reunião da Câmara Social. Eu acho que é uma exposição que cada membro do Conselho deveria ver, para vocês se darem conta porque a gente está assustado com o crescimento da violência no Brasil, porque a gente está assustado com o crescimento da delinquência juvenil neste país, porque a gente está assustado com os indicadores da prostituição infantil. É porque, se pegarem o estudo, vocês vão perceber que, durante 30 anos – eu estou falando de uma geração inteira ou uma geração e meia –, a massa salarial ficou estagnada. A impressão que nós temos, ao ver aquele gráfico, é que estamos diante de uma máquina que faz eletrocardiograma e o paciente está morto, porque não tem nenhuma oscilação, nem para cima, nem para baixo. É uma coisa inconcebível num



país que já teve os picos de crescimento que nós tivemos.

Então, eu acho que essas reformas, se vocês entenderem que estão no ponto, que estão maduras, com o debate da Previdência, hoje, e os governadores assim também compreenderem, nós haveremos de, na próxima semana, fazer com que a proposta chegue ao Congresso Nacional. E depois que ela chegar ao Congresso Nacional, o Presidente da República não pode se meter mais, porque o Congresso Nacional é um poder autônomo. Não vou fazer nenhuma interferência. Mas a sociedade civil organizada pode conversar com deputados, com senadores, pode debater. E esse debate pode continuar lá. Eu acho que, se nós conseguirmos, este ano, aprovar essas reformas, teremos avançado 10 anos em poucos meses. Daremos um passo excepcional. E aí vamos abrir espaço para outras coisas que nós temos que fazer no Brasil.

Vocês sabem que todos nós somos muito conservadores, não é apenas a direita que é conservadora. Normalmente, do ponto de vista ideológico, a gente sempre diz que a direita é conservadora. Mas do ponto de vista das reformas, a esquerda também tem comportamentos muito conservadores. Por quê? Porque a gente não quer mudar nada, às vezes. As pessoas têm medo da mudança, têm medo do novo. Então: “Ah, vai mudar a estrutura sindical, mas ela está aí”. Eu nasci dizendo que era preciso mudar a estrutura sindical porque ela era a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini. Eu nasci no movimento sindical com esse discurso. Mas tem gente que acha que tem que continuar assim.

Ora, eu não quero ser o dono da verdade, mas quero debater e saber onde tem um ponto de equilíbrio para fazer uma adequação ao momento que nós estamos vivendo.

Porque, vamos ser francos, tanto do lado dos trabalhadores, como do lado dos empresários, tem muito sindicato de carimbo. Vamos ser francos, a maioria dos empresários não se sente representada pelos seus sindicatos e, agora, com as grandes corporações, depois do processo de privatização, é que perderam a representatividade.



Nós não podemos fingir que temos representatividade. No movimento sindical você tem alguns sindicatos marcadamente representativos, mas tem muito sindicato de carimbo no meio dos trabalhadores.

Então, isso, nós temos que adequar. Para quê? Por quê? É engano daqueles que pensam que é possível você consolidar a democracia com instituições fragilizadas.

Quem negociou comigo no tempo que eu era dirigente sindical se lembrará que eu dizia: “vocês se enganam se acham que o movimento sindical tem que ser fraco para vocês negociarem. Quanto mais forte for o sindicato, melhor será feita a negociação”. Eu me lembro, hoje, o sacrifício que eu fazia, Gushiken, para ter alguma coisa dentro de uma indústria automobilística.

Quer dizer, o pessoal avançou tanto que, hoje, eu, de vez em quando, até acho que os trabalhadores são meio donos daquilo lá, de tanto que eles ganharam espaço lá dentro e de forma civilizada, o que eu acho que é um ensinamento democrático excepcional.

Ontem eu recebi, finalmente, o projeto de reforma política. O Instituto Cidadania em que eu trabalhei até antes da eleição, através de um grupo de pessoas – Comparato, Maria (...) Benevides, Chico de Oliveira, vários deputados –, passaram um ano estudando as reformas políticas que aconteceram no mundo. Fizemos vários debates, pegamos algumas experiências da América do Sul, a nossa mesmo aqui, e resolvemos compilar isso num livro, para ver se a gente estimula a sociedade brasileira a entender que a reforma política não é uma reforma menor.

Os partidos políticos precisam ter respeitabilidade na sociedade. Para isso tem que haver regras democráticas muito sólidas e muito fortes. Às vezes, o que tem acontecido no Brasil, é que as pessoas acabam de ganhar as eleições, nem tomam posse e já mudam de partido. Então, essa reforma, também, não será o Poder Executivo que vai mandar. Eu acho apenas que um dia o Conselho deveria ter acesso a ela, porque esse é um debate muito rico que vai ter que acontecer no Brasil.



Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, eu quero dizer para vocês que estou envaidecido, estou satisfeito. Como político, estou realizado cada vez que eu entro aqui e vejo que vocês estão levando o Conselho tão a sério como eu imaginava que fossem levar.

E comecem a se preparar, porque na hora em que o Conselho começar a mostrar resultados, vocês vão começar a receber críticas, porque no Brasil tem gente que torce para as coisas não darem certo. Então, as coisas vão dar certo e vai ter crítica, vão tentar arrumar atrito entre o Conselho e o Congresso, entre o Conselho e a Câmara, entre o Conselho e a Força Sindical, entre o Conselho e a CUT, entre o Conselho e a Igreja. Não se deixem perturbar, ou seja, o Conselho precisa adotar como lema de comportamento o seguinte: “Conselho Paz e Amor”, como eu fiz na campanha. Não permitir que nada perturbe a tranquilidade do debate democrático que vocês têm que fazer neste país. Ao terminar o nosso trabalho, vocês vão perceber que o mínimo que fizemos foi contribuir para que houvesse uma evolução na relação humana entre agentes diferenciados. Ou seja, nós trabalhamos para consolidar a democracia no nosso país.

Nunca mais vocês vão ter medo de sentar perto do Marinho; nunca mais o Marinho vai ter medo de sentar perto de vocês. O Jorginho, outro dia eu o vi ali no meio do Gerdau, e ninguém fez nada com ninguém. Eu acho que isso incomoda algumas pessoas, mas a nós não incomoda porque nós acreditamos muito no exercício da democracia.

Meus parabéns, e que Deus ilumine a cabeça de vocês na discussão desses temas importantes.

/rss/cms